

-----ACTA N.º 4/2011 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREI
RA DO ZÊZERE AOS TRINTA DIAS DO
MÊS SETEMBRO DE 2011 -----**

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, na Vila de Ferreira do Zêzere e Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.- Apreciação e votação da acta da sessão realizada em 24 de Junho de 2011. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.- Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11

de Janeiro. -----

Presenças: **Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e três dos seus membros tendo-se registado as seguintes ausências: Agostinho da Cruz e Flávia Cecília Gonçalves Pereira. Em substituição da Dr.ª Flávia esteve presente o Dr. Nuno Miguel Figueiredo Benedito.** -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.ª Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado.-----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e público em geral. --- -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O Sr. Alberto Rodrigues Duarte solicitou o uso da palavra, para abordar duas questões, uma sobre o talho no mercado e outra sobre a pista de aviação. No entanto e em primeiro lugar não quis deixar de agradecer a todas as pessoas que o tentaram ajudar na questão do mercado e mostrar o seu desalento pela discriminação que a foi sujeito por parte da Câmara Municipal. Afirmou ser um cidadão comum que veio investir no concelho considerando a discriminação injusta. Dirigindo-se ao Sr.

Presidente da Câmara, adiantou que a sua firma sempre vendeu no mercado, desde o mandato do seu fundador, Sr. António Teixeira Antunes, não percebendo como é que agora lhe é dito que sempre esteve ilegal no mercado. Questionou a situação, atendendo a que sempre pagou o terrado, adjudicou e pagou o espaço por cinco anos, era visitado pelo veterinário municipal, não entendendo agora a questão da ilegalidade. Referiu, ainda, que a referência à existência de dois talhos há vinte anos, sem interessados na sua procura, nunca se concretizou, por nunca ter havido qualquer concurso uma vez que os mesmos nunca foram acabados sempre conhecendo esse espaço como uma sala de arrecadação. Quanto à consulta pública do projecto, afirmou que o Sr. Presidente só falou pessoalmente com algumas pessoas ao fundo da escada do edifício, garantindo que todos os que já exerciam a sua actividade no mercado teriam lugar no novo. As condições de funcionamento melhoraram para todos os vendedores menos para si uma vez que se vê impossibilitado de vender as carnes verdes no recinto, só o podendo fazer, possivelmente, na rua. Gostaria, portanto, que lhe fosse explicado o que até pode ser considerado má-fé, uma vez que sempre lhe foi garantido que a câmara faria tudo o que estivesse ao seu alcance para garantir a sua actividade e isso não aconteceu. Igual informação foi dada ao Sr. Joaquim Ribeiro e ao Dr. Jorge Godinho, verificando-se ainda que o próprio veterinário municipal não terá sido informado, ou pedido uma explicação, sobre o que seria preciso para lá ser criado um talho ou mais. Na autorização emitida para o espaço que lhe foi atribuído foi aprovada a venda de carnes salgadas e enchidos, não sendo o veterinário municipal sabedor disso. Referiu, ainda, que depois de vários meses de espera com pedido de parecer à Direcção Geral de Veterinária, surgiu a aprovação para venda de carnes embaladas, o que no mercado municipal não tem viabilidade. Neste momento ainda não tem o

alvará de utilização, quando toda a gente já tem, por a declaração que lhe deram a assinar, não corresponder à actividade que vinha no alvará. Considerou isso, no mínimo grave, para uma câmara municipal que assina uma coisa e depois apresenta outra no documento. Quanto à segunda questão, sobre a pista de aviação, explicou que o alargamento efectuado na mesma, há muitos anos, se efectivou na maior parte no seu terreno, continuando, até hoje, a pagar as contribuições do terreno, estranhando que ao fim de tantos anos ninguém tivesse a capacidade de se dirigir a ele para resolver o assunto, tendo inclusive sido colocada uma vedação em volta daquilo que não pertence à câmara. Terminou, agradecendo que lhe fossem prestadas explicações sobre o assunto.-----

O Sr. Manuel Alves, residente em Rio Cimeiro, usando seguidamente da palavra, começou por explicar que o motivo da sua presença se deve ao facto de pretender agradecer ao executivo camarário, na pessoa do Sr. Vereador Paulo Neves, o desempenho e boa vontade que teve, ao mandar limpar as bermas. No entanto, gostaria também de referir que se possível não fosse esquecido o resto do acordo, que foi limpar as bermas, as valetas e colocar aqueles pedaços de alcatrão que lá faltam, conforme acordaram.-----

O Sr. Presidente da Assembleia usando da palavra, começou por esclarecer o assunto da pista de aviação, atendendo a que o mesmo se verificou no seu mandato de Presidente da Câmara. Se bem se lembra, na altura foi tudo feito com autorização do Sr. Alberto, não sendo correcto afirmar que a maior parte do alargamento se verificou no seu terreno, uma vez que foi só numa parte e com autorização para o efeito. A verdade deve ser reposta, não devendo ser posta em causa um acordo efectuado há tantos anos e sobre o qual nunca houve reclamação.-----

O Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção, afirmou que só iria falar sobre o

assunto da pista de aviação, porque o resto já estava mais do que falado e esclarecido. A única coisa que pode fazer é pedir aos serviços para verem a cartografia que possuem dos terrenos, e verificarem se efectivamente se está a ocupar ou não algum terreno que não seja do município. E, caso isso se verifique, serão contactados os donos para resolução dessas situações, porque não é normal nesta casa, nem nas câmaras do país, “roubar” terrenos às pessoas. Dirigindo-se ao Sr. Manuel Alves, afirmou que o pedido formulado à câmara, também já tinha sido solicitado pelo Sr. Presidente da Junta, encontrando-se a Câmara aberta a todas as solicitações, embora nem sempre se consiga responder tão atempadamente quanto o pretendido. A limpeza das valetas, já foi iniciada, pelo que a situação ficará resolvida a qualquer momento. Quanto ao tapete, está a decorrer o concurso, prevendo-se a sua adjudicação dentro de alguns dias. O concurso terá de ser sujeito ao visto do Tribunal de Contas, face ao seu valor, pelo que após isso será entregue ao empreiteiro para serem tapados os buracos existentes, como tem acontecido noutros locais do concelho, repondo-se o tapete com a qualidade quase original. -----

2.- Apreciação e votação da acta da sessão realizada em 24 de Junho de 2011. ---

Os eleitos locais Dra. Isabel Baptista, Bruno Gomes e Eng.º Fernando Ideias, usaram da palavra para sugerirem ou solicitarem alterações pontuais ao texto da acta distribuída. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, José Marques, solicitou o uso da palavra para demonstrar o seu desagrado e a sua indignação pelas referências à sua pessoa na referida acta, sendo de opinião que não é justo, nem correcto, proferirem-se afirmações acerca de pessoas que não se encontram presentes na sala. Nesse dia faltou, por motivos familiares, e como tal não acha correcto nem a apreciação, nem ao modo como a sua pessoa foi alvo de afirmações, por parte do Sr. Presidente da

Câmara. A dada altura, a propósito do centro escolar, o Sr. Presidente da Câmara disse que todos os presidentes das juntas de freguesia são a favor das suas escolas, menos o de Águas Belas. Não concorda com esta afirmação, porque nunca emitiu nenhuma opinião, nem nunca passou nenhum documento para falarem por ele, e como tal considera que foi ofendido na sua honra, e na sua dignidade, para além da instituição que representa. Foi de opinião que para se ser respeitado tem de se começar por respeitar, considerando que a figura de um presidente tem a obrigação de respeitar minimamente este princípio, o que neste caso não aconteceu, não sabendo porquê. Acrescentou ainda para conhecimento do Sr. Presidente da Câmara e da Assembleia, que a tal junta já há muitos anos que apoia e sempre apoiou os eventos da escola primária, não fazendo mais que a sua obrigação, o que pode ser comprovado por centenas de testemunhos. Em sua opinião a escola deve funcionar como sempre funcionou, não havendo necessidade de ocupar aquele espaço com outro projecto, e por conseguinte considera que é importante que a escola continue, até porque, com as obras que foram executadas, parece-lhe que tem outro aspecto, e como tal deve continuar. -----

Colocada a votação a acta da sessão realizada dia 24 de Junho, com as alterações propostas, foi aprovada, com 1 abstenção. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A eleita local Dra. Isabel Baptista interveio, afirmando tratar-se de uma questão formal, sugerindo que pela clareza e rigor do relatório, sejam corrigidos dois

pormenores, na página 7, linha 8, onde se lê “horas biológicas”, deve-se ler “hortas biológicas”. E na página 13, na linha 5, onde se lê “ a altura em que efectuou”, deve ler-se “na altura em que se efectuou”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, Sr. José Manuel Feliz, usando da palavra, agradeceu todo o apoio que a câmara tem dado, considerando que sem ele seria impossível concretizar os projectos. Realçou que sempre que se tem mostrado necessário a câmara tem apoiado quer com máquinas quer financeiramente, pelo que em nome da sua freguesia agradeceu todo o esforço que a câmara tem feito para que as obras se concretizem o mais rapidamente possível. -----

O eleito local Eng.º Fernando Ideias, interveio, a propósito do ponto 8 do relatório, respeitante ao PDM, pretendendo que fosse esclarecida a formação da respectiva comissão, bem como condições. Referindo o relatório que se encontra em desenvolvimento a fase de Proposta de Plano referente à revisão do PDM, na sequência da deliberação da respectiva Comissão de Acompanhamento, em reunião realizada em 07-06-2011, a qual considerou existirem condições para passar da fase da elaboração dos estudos de caracterização daquela fase, pretendeu saber se já pode ser adiantada alguma coisa para esclarecimento da situação. Relembrou ainda que a Assembleia Municipal tem um representante nessa Comissão, Dr. José Manuel Duarte, que também poderia esclarecer alguma coisa nesse âmbito.-----

O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, afirmou que só vai responder à questão colocada pelo Sr. Fernando Ideias. Em sua opinião a redacção é clara. A deliberação da comissão, foi passar da fase de elaboração dos estudos, para a fase de proposta do plano, portanto esse será o passo seguinte. Primeiro foi a fase de caracterização, e a seguir passar-se-á para a proposta de plano. Explicando melhor a diferença entre uma coisa e outra, esclareceu que a fase de proposta do plano, se

pode dizer que é a proposta já final para PDM, enquanto os estudos de caracterização são os estudos em que todas as entidades envolvidas, que são treze ou catorze, são ouvidas, e podem manifestar a sua opinião a favor ou contra as propostas da câmara. -----

Ponto 2 – Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Ferreira do Zêzere, foi, a mesma, aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do pedido de autorização de delegação de competências na Freguesia de Dornes, sobre a ocupação da via pública, aquando dos Festejos Religiosos no lugar de Dornes, nos termos do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O eleito local, Sr. Armando Alexandre interveio, questionando o porquê de uma autorização para o pretérito dia 15 de Agosto, vir agora a esta Assembleia.-----

O eleito local Dr. Jorge Godinho, no uso da palavra, começou por dizer que todas as freguesias deste concelho têm festas e todas elas têm de solicitar a respectiva licença para as poderem realizar, pelo que este ponto, em que é pedido à Assembleia Municipal que autorize a freguesia de Dornes a emitir estas licenças, em seu entender deveria, desde já, ser extensível a todas as freguesias. Considerou isso uma questão de descentralização, sendo uma competência que em princípio não tem

grandes implicações, pelo que poderia ser extensível às freguesias. Sempre que houvesse uma festa numa freguesia, seria a junta de freguesia a autorizar esse licenciamento, ao invés da câmara.-----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes, no uso da palavra, cumprimentou todos membros da Assembleia, bem como todas as outras pessoas presentes. Sobre este ponto da ordem de trabalhos e após a leitura dos documentos que acompanhavam a acta da câmara, ficou-lhe uma dúvida. Uma delegação de competências pode ser dada, mas é preciso saber se ela é aceite. Em sua opinião a Câmara não deveria fazer nenhuma excepção, pois tal nunca se verificou, se a sua memória não lhe falta. Não põe em dúvida a honestidade de nenhum senhor presidente de junta, mas às vezes os santos, nesta questão de festas, podem não fazer os milagres que se esperam, isto é a ocupação da via pública. Poderá passar a haver dois interesses em conflito, os interesses e o bairrismo de um lugar e da freguesia e os interesses e o bairrismo das pessoas que não têm nada a ver com aquilo e que inclusive precisam de usar uma determinada estrada, e se vêm confrontados com tudo cortado, e se calhar sem sinalização, e ou até desviados lá para o meio de umas hortas. Não põe em causa a honestidade de ninguém, mas em sítios que envolvam estradas nacionais, ou percursos de ligação, que não é o caso proposto, uma vez que Dornes não é um local de passagem, põe algumas dúvidas se será boa política, avançar com medidas destas uma vez que, como disse, o bairrismo, e as vontades poderão degenerar em prejuízo de pessoas que nada têm a ver com os festejos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, respondendo à questão, disse que Dornes, como se sabe, é o local mais religioso do concelho, e o que tem mais acontecimentos religiosos ao longo do ano, sendo só por isso que pensaram em delegar essa competência na Junta de Freguesia de Dornes. Dornes, conforme foi dito, não é um

circuito principal, só indo a Dornes quem pretende lá ir, havendo alternativas à sua passagem sem gerar conflitos de trânsito. Por outro lado, Dornes tem uma diversidade de actividades religiosas que os outros lugares não têm, que seriam melhor geridas, pela junta de freguesia, face à sua posição de proximidade. Quanto às outras freguesias, embora não seja contrário, está-se perante cenários diferentes, envolvendo já estradas nacionais e até regionais, que implicam um estudo diferente para desvio do trânsito e respectivas comunicações às entidades intervenientes, como sendo a GNR, os bombeiros ou outras, sob pena de se colocar em risco pessoas ou bens que seja necessário socorrer. Dornes, face aos eventos que apresenta, tem de requerer três ou quatro vezes por ano os respectivos licenciamentos, que se por alguma razão não se adequam ao calendário das reuniões de câmara, obrigam o Presidente da Câmara a decidir e a ratificar posteriormente essa decisão, o que não é o mais adequado e não gosta de fazer. Concluindo, mostrou-se receptivo às várias situações possíveis quer estendendo a delegação de competências a todas as freguesias, o que em sua opinião não será uma boa política, quer não diferenciando Dornes com esta medida, continuando as situações a serem analisadas caso a caso. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Dornes, Sr. José Manuel Russo, a propósito desta questão, esclareceu que entre ele e o Sr. Presidente da Câmara, nem sequer se falou deste assunto, nem foi pedida essa competência para a junta de freguesia. No entanto, assumiu, que desde que entrou para a junta de freguesia há catorze anos, sempre tem gerido essa situação, colocando um sinal de sentido proibido à entrada da povoação e solicitando a presença das autoridades, com as quais é combinada a melhor maneira de gerir o trânsito local. Normalmente mantém-se por ali articulando com os elementos da GNR qualquer situação que surja e em que seja

necessário a entrada de veículos nessa zona condicionada, quer permitindo a entrada de veículos para transporte de pessoas com problemas de locomoção quer para cargas ou descargas. Quanto a outros eventos religiosos que carecem de mais calma, já se tem optado por colocar vedações junto da sede da freguesia isolando assim o acesso ao adro da igreja. Qualquer das situações, nunca levantou questões de maior, sempre tendo sido geridas da melhor forma. Neste momento se houver entendimento e a competência passar para a junta de freguesia, esta continuará a fazer aquilo que sempre tem feito, se não houver entendimento, considera, que não haverá prejuízo de maior para os utentes. -----

O eleito local Eng.º Fernando Ideias interveio, para perguntar como é que se propõe uma delegação de competências, sem a junta de freguesia a solicitar. Gostaria de ver isso explicado.-----

O Sr. Presidente da Câmara, a propósito desta questão explicou, que se trata de uma medida proposta pela câmara, face aos muitos pedidos que surgem daquela localidade, e face à situação que se ali se verifica. Como foi exposto pelo Sr. Presidente da Junta, a situação é normalmente gerida pela junta, que não tem competência para tal. Esta medida colmataria a situação e daria cobertura legal à junta de freguesia para continuar a fazer aquilo que sempre tem feito. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Dornes, Sr. José Manuel Russo, solicitou de novo o uso da palavra para referir que embora a câmara municipal não lhe tenha dado conhecimento deste ponto da ordem de trabalhos, elucidou que já em tempos tinha sido oficiado no sentido de saber do seu interesse nesta medida, considerando que como a junta não respondeu ao mesmo, se pode considerar que é favorável à transferência da competência.-----

O eleito local, Dr. Jorge Godinho, considerou que mais importante que esta

discussão da aceitação ou não da competência, que considera ultrapassada, seria saber se os presidentes das outras juntas pretendem, também, essa competência nas suas freguesias. No caso de Dornes acha bem que a competência seja dada à junta, não considerando que isso seja uma excepção, mas sim que essa excepção seja estendida a todas as freguesias, desde que os seus presidentes colaborem e pretendam ver essa medida implementada nas suas freguesias. -----

Colocada a votação o **pedido de autorização de delegação de competências na Freguesia de Dornes, sobre a ocupação da via pública, aquando dos Festejos Religiosos no lugar de Dornes, foi aprovado por unanimidade.**-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da Tabela de Taxas e Licenças, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Colocada a votação a **proposta da Câmara Municipal de alteração da Tabela de Taxas e Licenças, foi aprovado por unanimidade.** -----

Ponto 5 - Apreciação e votação do projecto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O eleito local, Sr. Armando Alexandre no uso da sua palavra, colocou a seguinte pergunta: - No art.º 21º, sobre as formas de pagamento, é referido que as participações financeiras, iguais ou superiores a mil euros, serão efectuadas em duodécimos e as inferiores a mil euros, serão efectuados em duas prestações, nos meses de Março e Setembro. A pergunta é para todo o tipo de pagamentos, ou só para aquelas verbas que são atribuídas anualmente, porque se este sistema de

pagamento for aplicável a investimento, foi de opinião que estará errado, uma vez que qualquer associação que faça um investimento não pode estar dependente de duodécimos para fazer face ao mesmo.-----

O eleito local, Eng.º Fernando Ideias interveio, afirmando que lhe apraz registar a mudança de posição da câmara municipal relativamente ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, porque há cerca de um ano, numa assembleia anterior, considerou não haver necessidade do mesmo. Congratula o Sr. Presidente, por cerca de um ano depois considerar tal sugestão, dada pela sua pessoa, importante, considerando mais valer tarde do que nunca. Finalizando, propôs a impressão de uma lista que permita informar os deputados municipais dos donativos feitos às associações concelhias no ano de 2010, assim como a informação de quais as associações que respeitaram os planos anuais de actividades. É uma proposta que deixa ao Sr. Presidente. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, afirmou que realmente a ideia subjacente é que os pagamentos sejam feitos em duodécimos. No entanto e face à situação apresentada, considerou que ela é válida para os pagamentos mensais, como o é o caso das filarmónicas, não fazendo sentido dar um subsídio para investimento e depois efectuar o seu pagamento durante um ano. Se for esse o entendimento poderia o artigo 21.º ser alterado excepcionando-se desta forma de pagamento, os subsídios de investimento e de capital. Em relação ao Fernando Ideias, considerou ser verdade, ficando bastante contente por ter mudado. Em relação aos subsídios atribuídos em 2010, lançou o desafio de olharem para as contas, que e como foi referido pelo Dr. Jorge Godinho, foram as melhores contas que tinha visto até hoje, respondem à questão colocada.-----

Colocado a votação o **projecto de Regulamento Municipal de Apoio ao**

Associativismo, foi aprovado por unanimidade, com a introdução no artigo 21.º do ponto 3 com a seguinte redacção “Exceptuam-se as transferências de capital”.-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para venda das escolas do ensino básico de Rego da Murta e Portela de Vila Verde, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jacinto Lopes, solicitou o uso da palavra para adiantar algumas explicações que poderão esclarecer algumas dúvidas que o ponto suscita. As escolas, agora propostas, são as que entretanto foram encerrando, após a deliberação da Assembleia Municipal de 2007 e que não se encontram afectas a qualquer projecto. Até à decisão de as colocar à venda serão, no entanto, aceites propostas de utilização e aproveitadas as que forem consideradas úteis, uma vez que o objectivo principal não é vender, mas sim rentabilizar o património e evitar a sua deterioração. De momento ou se tomam medidas para as pôr à venda, apesar de não ser a melhor altura para efectuar vendas, ou dentro de dois ou três anos, começam a precisar de manutenção, e tem de se gastar dinheiro para as manter. A opção seria vender, mesmo mais barato, mas dentro de valores que a câmara considere aceitáveis, após avaliação dos prédios. -----

O eleito local Dr. Jorge Godinho, no uso da palavra, considerou que o Sr. Presidente disse uma coisa muito importante, relativamente ao valor que estas escolas terão hoje, e que será um valor quase simbólico. Foi ainda referido que alguns edifícios têm sido cedidos a algumas associações para terem o seu espaço de funcionamento. Esta situação levou-o a sugerir outra, relativa à criação de habitações sociais, nestes espaços, o que já não é novidade neste concelho, sendo disso exemplo o caso da

escola do Couço em Igreja Nova. Esta medida iria ao encontro de projectos existentes e dedicados ao desenvolvimento e bem-estar das populações, sendo de toda a importância na área social e desenvolvimento do concelho. É uma ideia que considera não ser de desprezar deixando “no ar” a sugestão. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Areias, Sr. Fernandinho Lourenço, constatando que existem três escolas na sua freguesia, Portela de Vila Verde, Rego da Murta e Matos, questionou porque é que a escola de Matos não aparece nesta listagem. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Dornes, Sr. José Manuel Russo no uso da palavra, referiu que já no mandato anterior alertou a câmara, para a degradação que se verifica, já há cerca de quatro décadas, numa das escolas devolutas na sua freguesia, que tanto quanto sabe, tem interessados na sua compra. Explicou, que se trata de um edifício composto pela escola propriamente dita e por uma habitação na parte de traz e que ainda há pouco tempo viu oferecidos vinte cinco mil euros por ele, tendo no entanto remetido o interessado para a Câmara Municipal, face à situação do edifício. Considerou que era do interesse público legalizar o prédio e proceder de seguida à sua venda, sob pena de o mesmo se transformar num monte de pedras, a breve prazo. -----

O Presidente da Câmara Municipal, respondendo às questões colocadas, foi de opinião que a sugestão do Dr. Jorge Godinho é de aceitar, a exemplo da transformação em Igreja Nova que decorreu com sucesso. Verifica-se, no entanto, a necessidade de vender outras, para financiar este projecto. É uma boa ideia muito em voga no Alentejo e no Norte, que pode ser concretizada aqui dando um novo uso aos edifícios. Em sua opinião, este poderá ser um dos caminhos a seguir, sendo certo que se terá de enveredar pela venda de algumas por forma a arranjar financiamento,

porque a tesouraria municipal embora não esteja péssima, está mal e o ano que aí vem não irá trazer melhorias, prevendo-se perdas de receitas na ordem de um milhão de euros, entre o que se vai deixar de receber, e o que se irá perder em receitas. Reforçando a sua posição, considerou a ideia subjacente boa podendo ser esse o caminho, pelo que os casos irão ser estudados e avaliados os respectivos edifícios, para, posteriormente, se partir para a venda ou recuperação. Respondendo ao Sr. Fernandinho Lourenço esclareceu que o caso da escola de Matos, já tinha sido incluído na listagem aprovada em 2007. -----

Colocada a votação **a proposta da Câmara Municipal para venda das escolas do ensino básico de Rego da Murta e Portela de Vila Verde foi, a mesma, aprovada por unanimidade.**-----

Ponto 7 - Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jacinto Lopes, no uso da sua palavra, esclareceu que o valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis apresenta um aumento, que considera não ser pequeno, porque embora se fale em passar de 0,2 para 0,3 em termos aritméticos significa um aumento de 50%, para que se perceba bem o que está em causa. Na prática e do ponto de vista do contribuinte, em média, por cada casa reavaliada, para haver uma ideia do que está em causa, este aumento da passagem de 0,2 para 0,3 representa em média 38,49 cêntimos por cada casa reavaliada. Esclareceu que efectuou algumas simulações, não podendo abranger todos os edifícios envolvidos e que serão cerca de 4.182, mas numa freguesia que simulou, só para se ter uma ideia, o aumento mais baixo será de 4 euros e o mais alto de 121. Poderá haver casos no concelho em que esse aumento seja superior, uma vez

que a simulação incidiu sobre um universo limitado, uma vez, que só para deixar a ideia casas reavaliadas já são 4.182, e não reavaliadas serão 4.900. em termos de receita as 4.182 casas já reavaliadas valem quase 161 milhões de euros e as 4.912, se não lhe falha a memória, valem só 27 milhões e 300 mil. O valor médio de cada casa reavaliada é 38.500 euros, um valor considerado baixíssimo. Portanto as casas do concelho, que são reavaliadas, na sua maioria valem 38 mil e tal euros, o que na prática não condiz com a realidade uma vez que elas valem muito mais, mas as não reavaliadas valem 5.526 euros, em média, pelo que há-de haver casas a valerem 200, 300 euros, e algumas como a sua a valerem 17 mil euros uma vez que não foi reavaliada. A legislação embora seja de 2003, já passou por alguns governos e nenhum teve coragem de a implementar, pelo que é vergonhosa a situação que se vive actualmente. Outro ónus subjacente à reavaliação e que consta no memorando da tróica, que a maior parte não leu do início ao fim, é que o valor gerado com o diferencial da reavaliação, que será efectuada a partir do ano que vem, não dará entrada nos cofres da Câmara, mas sim nos cofres do Estado. A Câmara ficará com o ódio da situação e o Estado com a diferença da receita. Concluindo considerou que o ano de 2013 vai doer a sério, uma vez que vão deixar de haver casas por reavaliarem, seguindo-se-lhe um período de auto-avaliação em que cada pessoa reavalia a sua própria casa, submetendo à máquina fiscal essa situação que face aos seus índices validará a situação. Para se ter uma ideia fez algumas contas, considerando que o potencial de aumento, rondará cerca de 200 mil euros a 250 mil. Portanto, só em IMI, com base nesta taxa, mas também pode acontecer ser 0,4, o que elevará o valor, sendo portanto mais 50 por cento, o que elevará a 500 mil euros de potencial que o Estado tem de poder vir a aumentar IMI, e arrecadar a receita para si. Embora o aumento pareça elevado, não pode deixar de referir o corte previsível

para o ano que vem que rondará o milhão de euros. Por outro lado e comparando com as câmaras do distrito, esta era a única que mantinha a taxa de 0,2 desde 2003, verificando-se que de momento nenhuma apresenta menos de 0,35. Embora vá mexer nas finanças de cada um, para o município só representa um encaixe de cerca 160 mil euros de aumento, para fazer frente àquele cerca de 1 milhão de euros que se irá perder com o corte de receitas.-----

A eleita local Sra. Isabel Mendes, no uso da palavra e a propósito da reavaliação das casas, solicitou um melhor esclarecimento da situação atendendo ao facto de ser ponto assente que isso, por si só, irá ter um reflexo directo nas finanças de cada um e como se isso não bastasse ainda aparece uma proposta de aumento da taxa a pagar. --

A eleita local Dra. Maria da Piedade Graça, usando da palavra questionou as consequências dessa medida, ou seja do aumento do imposto sobre o património. Os ordenados encontram-se congelados, o aumento do IVA está a ficar mais caro, há montes de casas a serem entregues aos bancos, e se isso não terá repercussões em Ferreira do Zêzere.-----

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jacinto Lopes, finalizando a questão esclareceu que é indiscutível que a medida irá mexer no bolso de todos, sendo certo que Ferreira do Zêzere terá de pagar, como todos outros portugueses. Não adianta estar com subterfúgios, uma vez que a crise é nacional e Ferreira do Zêzere faz parte dela. ---- -----

Colocadas a votação **as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), foram aprovadas com catorze votos a favor dos eleitos locais do PSD e um do PS (Dr. Jorge Godinho), zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS.**-----

Ponto 8 – Apreciação e votação da Participação Variável no IRS, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e

republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugada com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais. -----

Colocada a votação a **participação de 5% no IRS foi aprovada, com catorze votos a favor da bancada do PSD, zero votos contra e nove abstenções da bancada do PS. -----**

Ponto 9 - Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

A eleita local, Dra. Isabel Baptista, no uso da palavra, considerou oportuno colocar três questões relativas à vida quotidiana dos residentes no concelho. Em primeiro lugar, no seguimento da exposição apresentada na Junta de Freguesia de Pias, e reencaminhada para a secretaria da Câmara Municipal, questiona os motivos que levaram à ausência de recolha dos materiais colocados nos ecopontos e junto aos recipientes durante o mês de Agosto, nomeadamente na 2ª quinzena. Em segundo lugar, de acordo com o Livro Verde da Reforma Administrativa, e os dados dos censos de 2011, verificou a existência de duas freguesias com menos de 500 habitantes. Qual o futuro dessas freguesias? Por último, sabemos todos que foram instalados pórticos no IC3 na zona de Tomar. Estão previstos pórticos no referido itinerário complementar na extensão que atravessa o nosso concelho?-----

O eleito local Sr. Bruno Gomes pretendeu introduzir três situações, sendo uma delas dirigida ao Sr. Presidente da Câmara e que se prende com a Comissão Municipal da Juventude, que gostaria de ver a funcionar ainda neste mandato. Outra situação que lhe chama a atenção é a existência de uns caixotes em Venda da Serra, frente ao café “Ponto de encontro” junto da estrada que vai para Pias, que estão a condicionar o trânsito naquele local, que por si só já é estreito e actualmente apresenta algum

movimento face às obras que decorrem na zona e que poderiam ser deslocados para um local mais adequado, tornado menos perigoso passar naquele local. A última questão colocada prende-se com os maus cheiros que se fazem sentir na Serra de Santa Catarina e na zona da Comave ou da Sicarze, não sabendo qual das indústrias é que está implicada. Esta situação tem atraído demasiado as moscas que neste momento considera excessivo e que em nada abona a favor do concelho e da imagem turística que se pretende implementar. A zona onde mora está fortemente afectada pelo que considerou que a câmara municipal, em conjunto com a população, têm de fazer alguma coisa para alterar a situação. -----

A eleita local Sra. Maria dos Anjos, usando da palavra, começou por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, a colocação de sinalização na estrada do portão negro, que em seu entender veio beneficiar a zona, não tendo conhecimento de qualquer incidente após essa colocação. Informou também estar na posse de alguns sinais de trânsito que foram encontrados escondidos dentro das sebes que ladeiam a estrada e onde pensa que estarão também os caixotes que desapareceram na zona, pelo que agradece que oportunamente seja feita a sua recolha. Por último e a propósito de uma entrevista que o Sr. Presidente da Câmara deu ao Despertar do Zêzere, onde disse que preferia que se fizesse, neste concelho, menos limpeza de valetas, ou menos alcatroamentos, mas que os ferreirenses não passariam fome, foi de opinião que aliado a isso é preciso educar essas pessoas e ensiná-las a trabalhar, uma vez que para se obterem resultados tem de se trabalhar, e há muita gente que continua à espera dos subsídios, dos fundos de desemprego, ao invés de trabalhar. Lembrou, ainda, que há alguns anos atrás, não havia ninguém que não tivesse uma galinha, um porco, umas batatas, umas couves e azeite para consumo próprio. Hoje está-se num país onde ninguém quer trabalhar e por isso não têm que comer. Espera que apesar

da crise que o país atravessa, Ferreira do Zêzere não tenha realmente essa falta, face ao desinvestimento que se tem verificado na agricultura, muito por culpa também de alguns governantes que andaram a desincentivar o cultivo das terras, colocando a agricultura na miséria em que se encontra actualmente. -----

O eleito local Sr. Armando Alexandre, seguidamente, chamou a atenção para a laboração das máquinas que actuam na limpeza das valetas e bermas das estradas, que não respeitam minimamente as pessoas e bens privados. No seu caso concreto ocupa-se pessoalmente da limpeza das bermas da estrada confinantes com o seu prédio e que executa três ou quatro vezes por ano. O prédio é ladeado por muros velhos de pedra solta tapados com hera, situação que obriga a um tratamento manual e por isso executado por si para evitar a deterioração do mesmo. Apesar disso e de ter chamado a atenção do funcionário responsável pela limpeza da berma, informando-o que não havia necessidade de limpar aquilo que já se encontrava limpo, este não respeitou a observação, dizendo que não lhe era permitido deixar trabalhos a meio e meteu a máquina por aí acima deixando-lhe o muro em mau estado. Esta situação é corroborada por outros munícipes que se vêm confrontados com estragos nos seus prédios, quer a nível de vedações quer de sebes vivas, pelo que urge corrigir estas situações para que não haja repetições do género. -----

O eleito local Eng.º Fernando Ideias, inscrito neste ponto da ordem de trabalhos questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de planos de contenção e racionalização de custos que possam fazer face à redução de receitas, em função da crise que o país atravessa e se há previsão dos custos de redução que irão ocorrer no município. Neste contexto pretendeu saber, também, porque é que não foi implementado um sistema de aquecimento a biomassa no Centro Escolar de Ferreira do Zêzere, o que ficaria muito mais barato do que o ar condicionado instalado, que

vai encarecer os custos, ainda por cima com o aumento do IVA para 23% em energia, que se prevê para breve. Por último questionou quando é que irá aparecer o tão falado hotel que se encontra previsto há uma série de anos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, Sr. José Manuel Feliz, a propósito da limpeza das bermas foi de opinião que a Câmara deveria criar um regulamento que obrigasse todos os proprietários a cortar as silvas e árvores que se encontrassem a pender para a via pública evitando-se assim muitos problemas. Deveriam ser os proprietários a executar esse trabalho e não os funcionários da Câmara, evitando-se assim as reclamações que se verificam. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Pias, Sr. António Oliveira, não quis deixar passar a oportunidade sem dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e à equipa que o acompanha pelo sucesso que foi a actividade “Depenicar”. Acha que o evento se deve realizar todos os anos, apesar da crise que está instalada e da contenção de verbas que se tem de observar atendendo a que já se tornou num projecto de sucesso e os sucessos devem ser mantidos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Sr. Pedro Alberto, afirmou que sendo a contenção uma preocupação de todos poderia, por exemplo, evitar-se o envio de tanto papel aos membros da Assembleia e utilizar o suporte digital, fazendo-se aqui alguma poupança. -----

O Presidente da Mesa, Sr. Luís Pereira, a propósito desta proposta, informou de imediato que os membros que pretendam aderir a esta iniciativa devem comunicar isso à Mesa. -----

O eleito local Dr. Jorge Godinho, no uso da palavra, referiu que a sua intervenção tem a ver com o documento recebido do Revisor Oficial de Contas. Pediu a atenção para a página dois, logo no início, que tem de ser tido em linha de conta e que são as

contas verificadas a 30 de Junho de 2011, condicionadas pelo facto do processo orçamental ser feito numa perspectiva anual, portanto, são despesas e receitas que aconteceram até 30 de Junho. De qualquer forma, olhando para aquilo há coisinhas que será bom ter consciência que estão a acontecer. Na execução orçamental, relativamente à despesa e à receita, verifica-se já uma execução de um terço desse orçamento, na ordem dos 33% a 35%, o que não é nada mau. Mantendo este ritmo chegar-se-á ao fim do ano com a média daquilo que se tem feito nos anos anteriores. Verifica-se, ainda, um bom desempenho das despesas correntes, das receitas de capital e dos impostos directos que já estão quase a 50 %. Também as Grandes Opções do Plano, já vão num terço de execução, o que indica que as coisas vão andando. Na página quatro, pode ler-se o total do endividamento, e relativamente a isto tem algumas dúvidas. Porquê? Porque os números que estão em Junho indicam que há um endividamento global de nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil, que são a diferença entre os activos e os passivos. E quando há estas excepções ao endividamento, que são estes dois empréstimos que estão contraídos, um foi para a intempérie, e outros contraídos na execução de projectos participados os quais não entram no regime normal, uma vez que são empréstimos autorizados em regime de excepção, leva a que no fundo o endividamento da câmara será de dez milhões de euros, dez milhões e meio, de acordo com o mapa de Setembro. Resumindo isso dá mil e trezentos euros a cada ferreirense, o que não é muito comparativamente aos madeirenses que se tiverem de pagar a dívida, têm que pagar vinte e três mil e quinhentos euros cada um, o que significa que estamos bem. De qualquer forma com esta indicação presente no relatório, em que estão comprometidos 97% do autorizado, fica-se com a ideia de que não se deveria ultrapassar este valor. A perspectiva que fica é que não será mau se chegarmos ao fim do ano e a situação se

mantiver por aqui. Relembrou uma frase que ouviu há uns tempos de um pescador que os ricos são cada vez mais ricos, e os pobres são cada vez mais pobres, e os remediados não têm remédio, que, em sua opinião é o caso de Ferreira do Zêzere. ----

O eleito local Dr. Eduardo Mendes, intervindo seguidamente esclareceu que nas suas intervenções tem tido sempre algum cuidado na sua fundamentação sempre as baseando em estudos ou em números. Desta vez falou de um estado de alma, que não é quantificável, de uma opinião que pode ser altamente discutível, mas que não pode deixar de partilhar com os presentes e com o Sr. Presidente. Entre as coisas que tem visto e lido, e que atribui ao Sr. Presidente é sobre Ferreira do Zêzere, Capital do Ovo. Acredita que seja verdade, mas não acredita que se tenha a coragem de se fazer semelhante coisa. Compreende que Paços de Ferreira seja a capital do móvel. Paços de Ferreira proclama excelência nos seus móveis o que leva lá as pessoas para comprar móveis. O Montijo foi durante muitos anos, não sabe se ainda é, mas pelo menos nos anos 70 tinha o mercado e já fixava o preço da carne de porco. Ainda hoje a carne de porco está associado ao Montijo e não e lembra de o Montijo pretender ser a capital dos porcos. Se os ovos em Ferreira do Zêzere fossem postos por galinhas que andassem à solta, alimentadas com alguma coisa produzida no concelho de Ferreira do Zêzere, já iria na história. Se nós conseguíssemos uma daquelas aldrabices históricas que andam por aí com base nuns pergaminhos, ou numas receitas que existem há uma série de anos, e que normalmente já vêm do século passado, e levasse a umas receitas de ovos ou por aí ainda ia. Agora ovos que são perfeitamente descaracterizados, vendidos como produto branco, de galinhas que estão em gaiolas, não compreende. Se a ideia fosse registar a marca para que ninguém a usasse, ainda compreenderia, mas ser o homem que vive na capital dos ovos de galinha de aviário, não lhe apraz.-----

O eleito local Dr. José Manuel Duarte, tomando seguidamente o uso da palavra, afirmou que esta situação é perigosa, uma vez que se presta muito a anedotas, piadas e a muitas outras coisas. Ele próprio se tem interrogado sobre esta matéria e tanto que ainda há pouco, compartilhava com a sua colega de bancada, Dra. Isabel, o que é que se poderia fazer e tecer à volta de uma suposta confraria do ovo, ou qualquer coisa do género. Agora enquanto uns vão fazendo piadas, outros vão trabalhando e fazendo coisas que são notórias e publicamente relevantes e reconhecidas. Considerou, que hoje em dia, se for publicitado junto da comunicação ou do país que temos coisas maravilhosas, que sabemos fazer, ninguém liga nenhuma a isso, mas se aparecer alguém aos berros a dizer que é a capital do ovo e prometer ao mundo que vai fazer uma omeleta do tamanho da Torre dos Clérigos, as televisões estarão todas aqui a noticiar Ferreira do Zêzere, com o retorno que essas coisas têm. Portanto, em seu entender, seja o rabo das galinhas, sejam os ovos, seja o que for, sejam de aviário, sejam as galinhas da avozinha, vivam os ovos, viva Ferreira do Zêzere. Por esse facto pediu desculpa ao Dr. Eduardo Mendes uma vez que não gostaria de embarcar naqueles discursos mais intelectuais, porque realmente iriam ficar diminuídos pelo ovo.-----

O eleito local Dr. Jorge Godinho, tomando de novo o uso da palavra, corroborou as palavras do Dr. José Manuel Duarte com as quais se solidariza. O discurso do Dr. Eduardo Mendes fez-lhe lembrar o velho do Restelo. Mostrou-se muito orgulhoso em poder dizer aos amigos que pertence a um concelho que produz diariamente um milhão e meio de ovos. Não é normal isso acontecer. Considerou que o concelho não perde nada, dando toda a razão ao Dr. José Manuel, quando diz que a capital do ovo, ganha com isso. Em sua opinião produz-se riqueza para o concelho e para o país, sendo pena não existirem mais cinquenta fábricas do género. Dirigindo-se ao Sr.

Presidente da Câmara, incentivou o mesmo a apoiar iniciativas congéneres, sejam capitais do ovo ou outras, porque Ferreira do Zêzere só ganha com isto e não vê nada de ridículo em ser capital do ovo. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Areias, Sr. Fernandinho Lourenço no uso da sua palavra, começou por explicar o porquê de querer ser o último a falar. Disse que, com grande surpresa sua, esperava ter ouvido, por parte de alguns membros da assembleia, os habituais elogios às festas do concelho, mas não ouviu ninguém. Pessoalmente e como é sabido é avesso às festas, pelo que esperava pelos elogios vindos de outros elementos, como normalmente é costume. No entanto e quando diz que é avesso a festas, considera que há festas e festas. Mostrou-se fiel às suas convicções, entendendo que as câmaras municipais e as juntas de freguesia, não foram criadas para fazer festas, uma vez têm mais trabalho para fazer. Em sua opinião a promoção dessas actividades é importante, mas deveriam ser as associações culturais e desportivas a dinamiza-las com o apoio da câmara municipal. Lembrou que, há catorze anos, a câmara municipal ajudava bastante as comissões de festas, o que não se verifica hoje, conhecendo bem o esforço árduo das comissões de festas e dos seus apoiantes que passam praticamente duas semanas a trabalhar. Ao invés nas festas do concelho, todos sabem que as máquinas da câmara municipal e os seus trabalhadores, fazem a maior parte. E portanto, foi com grande surpresa que não ouviu esse tipo de elogios, não sabendo, no entanto, se correram bem ou mal, mas também não pretendeu colocar a pergunta. No meio de toda esta situação e festividades, há, no entanto, um evento que sabe ser muito apreciada por muita gente, a Festa da Primavera, lamentando o seu desaparecimento. Face à situação e sabendo que a razão é financeira, deixou a sugestão de dar continuidade à mesma repartindo os custos entre a câmara, juntas de freguesia e os próprios utentes,

assumindo desde já a participação da junta que representa. Para terminar e face a um pedido que recebeu, em Maio deste ano, da Câmara Municipal, procedeu ao levantamento de uma série de braços de iluminação pública ou luzes que estariam a mais na sua freguesia, tendo efectuado um levantamento exaustivo, rua a rua, tendo identificado pelo menos vintes candeeiros que poderiam ser retirados. Esses dados foram enviados a 9 de Maio, para a Câmara e até hoje parece-lhe que nada foi feito, pelo que gostaria de saber o ponto da situação. -----

O Presidente da Assembleia, Sr. Luís Pereira, a propósito da Moção que a Câmara aprovou sobre a redução de horário do Centro de Saúde e sabendo-se que a redução é das 08H00 às 18H00, propôs à Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara que a questão do horário deveria ser revista, a bem de toda a população, parecendo-lhe mais adequado o horário das 9H00 às 19H00.-----

O Presidente da Câmara, Dr. Jacinto Lopes, afirmou que este é um assunto complicado, uma vez que existem dois centros de saúde no distrito que têm este horário e que são Mação e Ferreira do Zêzere. Todos os outros começam às 09H00, apesar de haver redução e encerram às 19H00. Sendo certo que é impossível não reduzir, face à contenção de despesas e isso é entendível, foi proposto que o horário decorra da 09H00 às 19H00, ou das 10H00 às 20H00, porque um médico faz muito mais falta ao fim do dia quando se chega do trabalho, e se verifica que o miúdo está doente ou teve febre e é nessa fase que se necessita de mais cuidados. Foi uma luta que desenvolveram não conseguindo grande receptividade por do responsável dos serviços de saúde, que foi bastante contundente com as expressões que utilizou, afirmando que até ao fim do ano, o horário iria ser este, e só depois é que se visse que não tinha razão, é que estaria disponível para mudar o horário. No Médio Tejo, estão à espera de uma reunião com o Sr. Ministro, onde irá estar presente, e poderá

entregar uma Moção da Assembleia em mão, se assim for entendido.-----

O Sr. Presidente da Mesa, Luís Ribeiro, após auscultar algumas opiniões do plenário e por forma a ultrapassar a situação, **propôs à Assembleia que a Mesa em colaboração com a Câmara fosse autorizada a elaborar a moção dirigida ao Sr. Ministro** onde e resumindo lhe fosse solicitado que tivesse em consideração a interioridade deste concelho, onde lhe fosse manifestado que o horário da noite seria mais favorável para os utentes do que o período da manhã, bem com a apreensão que se regista com as notícias do encerramento das urgências em Tomar.-----

Colocada a votação **a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Mesa, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

Seguidamente e continuando a esclarecer as questões entretanto colocadas, o Presidente da Câmara, Dr. Jacinto Lopes, esclareceu que a recolha dos materiais depositados nos ecopontos, colocada pela Dra. Isabel Baptista, foi realmente deficiente, principalmente na 2ª quinzena de Agosto, face às férias do pessoal da Resitejo, embora tenha havido um grande esforço em normalizar a situação. Aumentar os ecopontos, poderá parecer positivo, mas aumenta os circuitos e pode não ser uma solução. Quanto à questão do livro verde, ao qual já deu uma vista de olhos, parece-lhe, embora possa estar enganado, que estarão em causa duas freguesias, Pias e Paio Mendes, que têm menos de 500 habitantes. Como é que se vai processar a junção, de momento não faz ideia, pensando que o que irá acontecer é serem as populações das freguesias abrangidas a escolher, em referendo, para onde é que querem ir. Não lhe parece que a decisão se fique só pela assembleia de freguesia. Acerca dos pórticos do IC3, adianta que isto só é uma novidade para quem tem andado distraído, uma vez que já se sabe desde Julho de 2008, sendo certo que Pias também será contemplado. Quanto à questão da Comissão Municipal da

Juventude, colocada pelo Sr. Bruno Gomes, informou que se encontra em banho maria a aguardar que a Associação Nacional de Municípios, se pronuncie. Acerca dos caixotes da Venda da Serra, irá analisar essa situação. Os maus cheiros, que infelizmente acontecem, nalguns dias noutros não, são provocados por uma empresa que se encontra devidamente licenciada, pelo que a Câmara, a única coisa que pode fazer e foi feito várias vezes, é proceder à sua sensibilização para que tenham o maior cuidado possível. Numa das vezes soube que a situação teve origem numa avaria nos ares condicionados, não se apercebendo que a situação tinha voltado a acontecer. Respondendo à Sra. Maria dos Anjos, foi de opinião que não há grande coisa a acrescentar, e que tudo irá fazer para que os ferreirenses não passem fome. Qualquer ajuda será acompanhada e avaliada conjuntamente com juntas de freguesia e IPSS's e quem for ajudado terá de fazer trabalho, serviço social, e contribuir, assim também para os outros. Sobre a limpeza das valetas e bermas das estrada sabe que é verdade e confessa que há excesso de zelo por parte dos funcionários pelo que já lhes foi chamada a atenção. Estando tudo alinhado e limpo não faz sentido estar a intervir e a piorar as coisas. As ordens são para mexer só nos casos em que estejam desalinhados, sendo claro que as máquinas destroem um pouco mais face aos seus meios mecânicos. Recentemente foram publicados editais a sensibilizar para a necessidade de todos os proprietários procederem à limpeza e corte das ramadas pendentes para as vias públicas sob pena de serem autuados face ao transtorno que isso causa ao trânsito, havendo já instruções para que terminado o prazo os serviços camarários procedam ao seu corte, principalmente onde passam os autocarros que fazem os circuitos escolares, sem contudo se pretender danificar qualquer vedação ou muro. A legislação existe e é específica nesta matéria pelo que não há necessidade de proceder a qualquer regulamentação da matéria. Relativamente às

ideias para poupar, considerou que uma delas poderá começar pelo corte das ajudas de custo e quilómetros aos membros da assembleia o que está na lei e no memorando da troica pelo que irá acontecer. Referiu, a este propósito, que o orçamento do ano anterior, já foi um orçamento muito espartilhado, apesar de ter um orçamento de 19 milhões. Lembrou que na altura disse, acha que ao Jorge Godinho, que o valor real daquele orçamento, seria cerca de 15 a 16. Para o ano que vem o orçamento vai ser inferior, de certeza, porque se este ano foi uma base zero, mas ainda introduziram ali alguma margem, aquele querer de chegar mais longe, que acha que fica bem, pelo menos não falta a vontade de ir mais longe, mas mesmo com essa vontade o orçamento vai ter que baixar, e crê que para o ano que vem, em termos um orçamento na casa dos 15/16 milhões. Portanto aqueles 3 milhões irão ser cortados. Irá ser um orçamento base zero, em que muitas rubricas no primeiro dia útil do ano irão ficar devidamente cabimentadas e não haverá mais um cêntimo. Explicou que está a verificar rubrica a rubrica, com base num trabalho que já vem desenvolvendo há algum tempo, onde é que se pode cortar, o que é que se pode cortar mais, e tem de haver coragem para fixar valores e dizer para as associações tipo desportivas há x mil euros e mais nada, para os ranchos há isto e nem mais um cêntimo. Outros cortes em estudo e já previstos têm a ver com os transportes. As cedências de viaturas e autocarros, serão mais restritivas sendo disso exemplo a regulamentação contemplada no Regulamento do Associativismo, que já prevê essa restrição. Outra medida em cima da mesa é a redução de pessoal, também, além daquilo que a lei obriga, que é de 2 % e que poderá passar por uma nova concepção na área dos transportes. Sempre que se prevejam certos tipos de actividades, tem de fazer contas aos custos internos e aos custos de adjudicação. Outras áreas em estudo são os gastos em energia, comunicações e seguros, estando a negociar tudo o que

pode ser negociado. Na Comunidade Intermunicipal já foi implementada uma central de compras, que apresenta muitas vantagens face à escala que se pode atingir com as quantidades contratadas e que fazem descer os preços de aquisição de certos produtos como papel ou gasóleo para valores muito menores do que se fossem adjudicados a nível do concelho. A política da câmara, conforme exemplificou é para cortar em tudo o que for possível. Passando à questão da construção do hotel, informou que tanto quanto sabe o seu promotor não irá avançar com a obra, mas o terreno está disponível para venda, sendo o projecto oferecido. Se houver iniciativas e quiserem avançar, poderão contar com a sua ajuda. A biomassa na escola tem os seus custos e as suas vantagens. Uma das desvantagens é o peso que isso acarreta em pessoal, para estar acompanhar e carregar a máquina. O ar condicionado instalado, de acordo com o tipo e exposição do edifício irá funcionar mais no verão para arrefecimento do que no inverno para aquecimento. O edifício foi projectado e dotado de materiais e revestimento que lhe dão um conforto térmico que com uma pequena correcção proporcionam um ambiente agradável. Para além disso está a ser instalado um mecanismo que controla o ar condicionado do refeitório e da cozinha e que será estendido a todas as salas que controlará o ambiente dentro de certos níveis não permitindo que se aqueça sem ser preciso ou se arrefeça sem ser necessário. A iluminação pública é outra das áreas com projectos para que o seu custo diminua o mais possível, já havendo intervenções na vila com desligamento de alguns candeeiros, deixando um sim um não ligado, no caso dos postes que não são de cimento onde se conseguiu fazer rapidamente. Nos restantes já foi solicitado à EDP, estando neste ponto a responder já ao Sr. Presidente da Junta de Areias. Esclareceu, ainda, que houve uma reunião onde foram acertados todo um conjunto de regras, como sendo ligar a iluminação 20 minutos mais tarde, ao anoitecer, desligar 20

minutos mais cedo de manhã, desligar entre a uma e as duas e meia, e as três e meia e as cinco. No entanto e esta noite, por causa do fogo, chegou a casa por volta das quatro da manhã, tendo aproveitado para ver o que é que a EDP tinha feito, e por onde passou, está como suspeitava, nada foi feito. Disso é exemplo os apontados pelo Sr. Fernandinho no levantamento que efectuou, disso lhe dando os parabéns por ter sido o primeiro a fazer este trabalho. Nesta área, no entanto há limitações face ao contrato que têm com a EDP e que é igual para todos os concelhos. Irá ter esta situação em consideração e passar a pressionar os serviços da EDP para a resolução da questão, que com a alteração do Iva ainda sairá mais prejudicada para os cofres da autarquia. Em seu entender existem cerca de mil candeeiros no concelho que se podem desligar, sem prejudicar ninguém. A poupança nesta área é uma prioridade, em sua opinião, tendo previsto poupar, no ano que vem, no mínimo oitenta mil euros, sendo já cortado em orçamento um montante mais baixo. Se a verba esgotar e não houver dinheiro para pagar, quem não actua, não recebe. Seguidamente, agradeceu o comentário do Sr. José Manuel, pensando que para o ano que vem, apesar de se estar em crise, terão que avançar porque a economia ferreirense agradece essa actividade. Em relação à festa da Primavera, agradeceu ao Sr. Fernandinho a ideia, com a qual concorda, pensando ser uma boa ideia dividir os custos, porque onde todos pagam nada fica caro. Considerou, que se pode agendar uma reunião com todos os presidentes de junta, para ver quem é que pretende solidarizar-se com a ideia e definir o projecto. Em relação ao comentário do Dr. Jorge Godinho sobre o relatório do Revisor Oficial de Contas, e a situação apresentada a 30 de Junho, acredita que até ao final do ano irão duplicar aqueles números. No ano passado disse que tinha sido o melhor ano de sempre, com 11 milhões e 700 mil de execução, e possivelmente o melhor de muitos anos. Este ano e

mantendo o ritmo irão ultrapassar os 12 milhões 500 mil, e passará a ser esse o novo máximo, desta vez para muitos anos. O endividamento, por sua vez, está controlado, posicionando-se no ranking a nível nacional, entre as melhores câmaras. Quanto à capital do ovo, não vai apoiar só a ideia, essa ideia, por muito boa que seja e não se importa de ser o pai dela, porque a ideia é sua. Pode parecer muito descabida, mas enquanto conseguir irá leva-la por aí além. Basta pensar, na comunicação social. Só o jornal de negócios já dedicou duas ou três páginas a falar da capital do ovo, a falar das empresas do concelho, acreditando que o potencial ainda não começou a ser aproveitado. Qual é a ideia da capital do ovo? Primeiro fazer a sua afirmação territorial, Ferreira do Zêzere existe, está aqui. As pessoas sabem onde é que fica Ferreira do Zêzere, ouviram falar mas não sabem bem aonde é que fica Ferreira do Zêzere, têm uma ideia de aonde é que fica. A ideia é centrar, Ferreira do Zêzere é ali e as pessoas identificarem. E depois como é se vai chegar às pessoas e dar a conhecer onde é que estamos? São milhares, para não dizer milhões de caixas de ovos que todos os anos se vendem em Portugal. E ninguém repara na sua proveniência. Então qual é a ideia? Transformar um produto branco num produto com marca, com a marca da Capital do Ovo, portanto a caixa em vez de ser um produto branco, ou ser um produto Pingo Doce, exibir num cantinho “produzido na Capital do Ovo, Ferreira do Zêzere”. Os camiões que fazem a distribuição em vez de só dizerem, Zêzereovo, ou Oniovo, passarão a dizer Capital do Ovo. Portanto vão ser milhares de caixas de ovo todos os anos a circular, serão os camiões bem como as actividades que irão ser promovidas. Para além da Capital do Ovo, prepara-se já outra asneira, que já se encontra está lançada, que é fazer a Rota do Ovo. Irá envolver Proença-a-Nova, Ferreira do Zêzere e Pombal. E o porquê desta iniciativa? Proença-a-Nova e Ferreira do Zêzere são produtores e Pombal um concelho

ACTA DE 30 de Setembro de 2011

transformador do ovo. Fazer a Rota do Ovo, em sua opinião dá-lhe mais visibilidade ainda. Isolados têm o peso que têm, mas pertencendo a uma Rota do Ovo onde está Pombal, não optando por Proença, Proença que é um concelho como Ferreira do Zêzere ou mais pequeno, só têm a ganhar. E o recorde do Guinness, também está a ser trabalhado, estando-se à espera à espera que chegue o kit com as condições para se poder bater o recorde no dia 4 ou 5 de Agosto. Não será muita coisa mas sempre serão 6 toneladas de ovos (120 mil ovos) e serão precisas 30 mil pessoas para comer. Para terminar e respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, Sr. José Marques, regista com apreço que para se ser respeitado tem-se saber respeitar, e não diz mais nada. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Luís Ribeiro Pereira _____

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____